

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO COTIDIANO DA CRIANÇA NEGRA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Teresa Cristina Silva

Universidade Estadual da Paraíba
Faculdades Integradas de Patos – Educar Cursos
cristinasilvacg@gmail.com

RESUMO

No mundo contemporâneo educadores acreditam que no cotidiano da Educação Infantil, não exista qualquer tipo de racismo, preconceito ou discriminação, já que, as crianças encontram-se na fase *enfant*. Porém, é no dia a dia de creches e pré-escolas que ocorrem práticas racistas e discriminatórias entre os diversos pares. Não obstante, até o presente ano de 2018, percebemos que a ausência de conhecimento sobre as relações étnico-raciais no contexto educacional da Educação Infantil manifesta-se como um grande desafio para professores. E diante das dificuldades enfrentadas por alguns docentes no tocante a introdução da questão étnico-racial no contexto escolar infantil, acreditamos que seja necessário empenhar-se em fomentar mais sobre a temática. Todavia, este trabalho objetiva discutir sobre as relações étnico-raciais no cotidiano da criança negra na Educação Infantil sob a ótica do racismo, do preconceito e da discriminação. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico, visando o estudo e a análise de documentos oficiais de domínio científico mediante a contribuição de diversos autores sobre a temática étnico-racial. Como referencial teórico os estudos baseiam-se em: Aríes (1981), Cavalleiro (1998), Gomes (2005), Munanga (2005) e dentre outros. Então, podemos notar através das discussões apresentadas nesta pesquisa, que o racismo e o preconceito se faz presente desde cedo nas instituições infantis seja implicitamente ou explicitamente. Por isso, torna-se essencial que o professor se sensibilize diante da questão étnico-racial no intuito de contribuir para a transformação de um cotidiano infantil igualitário que respeite e valorize as diversas etnias que perpassam o espaço da escola.

Palavras-chave: Educação Infantil, Criança Negra, Relações Étnico-Raciais.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil é um país em que sua base multicultural diversificada foi marcada pela escravização, violência e eliminação de indígenas, africanos e afro-brasileiros. O modo como essa historicidade foi vivenciada e instaurada, faz com que pessoas negras sejam inferiorizadas, estereotipadas e invisibilizadas diante de uma sociedade racista. E na escola não é diferente, pois no cotidiano educacional crianças negras passam por situações que afetam sua infância e aprendizagem.

É através da escola que se estabelecem relações com sujeitos de diversos núcleos familiares e de diferentes matrizes. Esse contato entre essas múltiplas diferenças, constituem-se em conflitos no cotidiano escolar conduzindo docentes e discentes a fortalecer práticas excludentes, racistas, preconceituosas e discriminatórias.

É no dia a dia que a criança presencia modelos racistas e reproduz nos espaços sociais, inclusive na escola. O racismo se manifesta em diferentes formas sociais, históricas e culturais se revelando em ações e interações sociais nas mais diversas faixas etárias. No entanto, considerando que as *relações étnico-raciais* se instaura como um amplo desafio nas diversas instituições educacionais e níveis de ensino, objetivamos discutir sobre as relações étnico-raciais no cotidiano da criança negra na Educação Infantil sob a ótica do racismo, do preconceito e da discriminação. Todavia, para que possamos compreender como práticas racistas relacionadas à criança negra se manifestaram ao longo dos séculos, se faz necessário refletir sobre que conceitos de infâncias foram construídos historicamente e socialmente.

METODOLOGIA

Este trabalho utiliza-se como metodologia a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico, visando o estudo e a análise de documentos oficiais de domínio científico e a contribuição de diversos autores sobre a temática étnico-racial. De acordo com Gil (*apud* PIANA 2002, p.120), a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Além de, possibilitar o aprofundamento teórico acerca da questão pesquisada.

Em concordância com Piana (2002), Fonseca (*apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009) enfatiza que,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

Ainda assim, uma pesquisa baseada em uma abordagem qualitativa visa documentar e interpretar a totalidade do que está sendo estudado em um contexto particular pautando-se em estudos com interpretações do mundo real (LEININGER *apud* MARCON; ELSEEN, 2000, p. 637). Assim sendo, o referencial teórico deste trabalho encontra-se relacionado a discussões de autores como Aríes (1981), Cavalleiro (1998), Gomes (2005), Munanga (2005), dentre outros a fim de compreendermos questões associadas ao conceito de infância na perspectiva da criança negra e de questões relacionadas às relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Historicamente, a Educação Infantil teve sua origem em Blankenburgo na Alemanha, em 1840, quando Froebel fundador do jardim de infância acompanhava crianças de 3 a 7 anos, visando instituir uma proposta pedagógica pautada na educação integral e centrado na criança. Entretanto, as primeiras instituições surgiram na Europa especificamente na França e nos Estados Unidos com o intuito de cuidar e proteger as crianças enquanto as mães iam para o trabalho.

De acordo com Kuhlmann Júnior (2001), tais instituições tinham como finalidade retirar das ruas crianças em risco para proporcionar-lhes o desenvolvimento intelectual e moral. Todavia, as instituições infantis surgiram mediante a articulação de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos. Para Didonet (*apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009), diversos fatores fizeram com que esses cidadãos pensassem em espaços fora do lar familiar voltados para os cuidados criança.

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar. De maneira que foi com essa preocupação, ou com esse “[...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família” (DIDONET *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 5).

Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe das mães em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil (OLIVEIRA, 2011, p. 92). Outrora, com a abolição da escravidão e o aumento de crianças abandonadas foram criados creches, asilos e internatos, sendo denominados na época como instituições de cuidar das crianças pobres.¹ Tais instituições eram destinadas ao cuidado da criança pobre e delinquente, consideradas até então, perigosas para a sociedade na época. No entanto, a criação desses estabelecimentos educacionais surgiu como uma forma de retirar essas crianças do meio social.

Em vista disso, a creche surgiu como um depósito para guardar e atender crianças órfãs ou abandonadas objetivando combater o alto índice de mortalidade e assegurar o

¹ É interessante ressaltar, que antes da criação das creches a Roda dos Expostos ou Excluídos foi considerada uma instituição brasileira de assistência à infância. Nesse espaço, atendiam-se bebês abandonados por mães solteiras desonradas ou por famílias precárias. No entanto, a Roda dos Expostos eram instituições católicas de cunho caritativas destinadas ao abrigo e acolhimento de crianças desamparadas ou abandonadas.

cuidado a criança pobre. Além do mais, surge com um caráter assistencialista, tendo como finalidade amparar mulheres que trabalhavam fora de casa e viúvas desprotegidas. E, visava também, afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores.

Em meados de 1874 a 1889, ocorreu uma mudança da caridade para a filantropia, em que, ações religiosas foram substituídas por uma assistência de cunho social. Com o advento da República, a preocupação em torno da criança era maior e o Estado tomava para si a função de zelar pela educação das crianças, de suprir os cuidados familiares que lhes faltavam, para controlar essa fase da vida e, conseqüentemente, investir no futuro da nação (SILVA; FRANCISCHINI, 2011, p. 260). É nesse período também que surge a ideia de médicos pediatras atuando juntamente as famílias para ensina-las os cuidados e higiene que se deveriam ter para com as crianças. Segundo Kuhlmann Júnior (*apud* ANDRADE, 2010), no Brasil as iniciativas em prol da criação de jardins de infância ocorreram através do setor privado para o atendimento as crianças da elite.

Do ponto de vista histórico, a implementação de instituições infantis no Brasil foram marcadas por inúmeras lutas em prol de uma educação pública, somadas a pressões e movimentos feministas que hostilizava o Governo por creches. Entretanto, foi apenas com a efetivação da Constituição Brasileira em 1988 que as creches e pré-escolas foram reconhecidas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (OLIVEIRA, 2011, p. 115). Por conseguinte, no ano de 1996 é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, de 20 de Dezembro que estabelece a educação infantil como a etapa inicial da educação básica. E em 1988, surge o Referencial Curricular Nacional com vistas à prática pedagógica, objetivando orientar o trabalho das instituições de Educação Infantil.

Partindo de críticas direcionadas as políticas públicas para a infância historicamente construídas no Brasil, baseadas em iniciativas de assistência a crianças pobres e sem caráter emancipatório, o Conselho Nacional de Educação de 1999, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil salientando que o cuidar e educar são aspectos inseparáveis e que a criança deve ser vista como um sujeito ativo e permeados de direitos.

No entanto, a história da Educação Infantil no Brasil surgiu para minimizar problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças pobres. História essa, que, se revela através de seu caráter assistencialista e beneficente voltado para o atendimento aos mais pobres e necessitados. Ainda assim, não podemos omitir os grandes avanços, no que diz

respeito, à implementação de leis que reconheceram e reconhece a criança como cidadão, sujeito de direitos e produtora de sua própria história.

Contudo, a trajetória histórica da Educação Infantil nos remete a refletir sobre o conceito de infância construído ao longo dos séculos. A ideia de infância abrange diferentes conceitos que foram vividos e apreendidos ao longo da história. Do ponto de vista sociológico, a infância é um encontro entre os tempos, às gerações e as discontinuidades. Ela é o encontro de um tempo cronológico e do tempo intempestivo. Ou seja, o que a criança fala, diz e age, a maneira pela qual ela subjetiva o mundo, nos diz de um presente que conhecemos e podemos decifrar, mas também nos é obscuro, por isso contemporâneo (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012, p. 60).

Criticado por alguns autores em virtude de sua visão histórica, o historiador francês Philippe Ariès foi pioneiro na análise sobre o conceito de infância. Etimologicamente, a palavra infância se deriva de “*infante*”, do latim “*infans*” que significa incapaz de falar (PIMENTEL; ARAÚJO, 2007, p. 185). Em conformidade, Ariès (1981, p. 06) conceitua o termo infância como “*enfant*”, o que significa não falante. Desse modo, por não falar a criança era vista como um ser incapaz de pensar, agir e sem autonomia.

Até o século XVI o sentimento de infância era ausente, já que, a visão construída em relação à criança era de um sujeito diferente do adulto. Segundo Ariès (1981), nessa época o sentimento direcionada a criança era superficial e sem amor no ceio familiar. O sentimento de infância só era destinado à criança em seus primeiros anos de vida. Pois era nesta fase que os adultos, em especial as mulheres, destinava certa atenção à criança como modo de distração e relaxamento.

No que diz respeito à infância da criança negra, até o século XVIII, elas eram trazidas da África para o Brasil em navios negreiros sob condições de vida desumanas. Nessa época, não existia um mercado de crianças escravas. Porém, algumas eram doadas ao nascer, enquanto outras, ao chegar ao fim da infância, eram comercializadas, ou seja, compradas e vendidas (SILVA, 2007, 22).

De acordo com Dourado (2009), muitas crianças negras escravizadas eram separadas de seus pais e aos três anos de idade já desempenhavam atividades domésticas e agrícolas. Dos doze em diante as meninas e meninos escravos eram vistos como adultos, no que se refere ao trabalho e à sexualidade (PARDAL apud SILVA, 2007, 23).

Com o advento da Lei do Ventre Livre em 1871, crianças negras passaram a ser livres e receberam atenção legal. E ao nascerem deveriam receber cuidados até os 08 anos de idade, caso contrário, seriam entregues ao Estado. Porém, muitos senhores de engenho continuavam

com essas crianças utilizando de seus serviços até os 21 anos de idade. Assim, mesmo depois da libertação dos escravos, as crianças continuaram realizando tarefas que, até então, desempenhavam no período escravocrata. Por consequência disso, mais tarde, crianças negras foram classificadas como: pobres, desamparadas e necessitadas de cuidados e controle. Sendo necessária, a criação de instituições filantrópicas e assistencialistas que as retirassem do meio social.

No período colonial brasileiro, a visão construída acerca da criança negra era de um ser sem humanidade, incivilizado, inútil para o sistema e invisível para a sociedade. Desse modo, tais estereótipos associados à imagem da criança negra se instauram até os dias de hoje, pois ideologias negativas fazem com que professores rotulem crianças como rebeldes, incapaz, indisciplinada, inferior, delinquente e dentre outros. E esses rótulos fazem com que, por diversas vezes, a criança seja discriminada, estigmatizada e segregada no cotidiano escolar.

No entanto, podemos perceber que o conceito de infância foi construído por meio da visão adultocêntrica e que a mesma não acontece da mesma maneira para todas as crianças, pois dependendo do contexto e das experiências vivenciadas pela criança a infância apresenta distinções e diferentes conceitos. Contudo, existem diversos perfis de infâncias. Infâncias que ao longo dos séculos – e atualmente – foram/são invisibilizadas, excluídas e separadas da sociedade e do contexto escolar. E dentre tais infâncias, a infância da criança negra.

Desde cedo, o racismo, o preconceito e a discriminação fazem parte da vida infantil. Santos (1984) salienta que, a criança não nasce com tais conceitos, os mesmos, são introduzidos em sua cabeça através dos exemplos vivenciados no cotidiano familiar. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto (GOMES, 2005, p. 55).

Muitos educadores acreditam que no cotidiano da Educação Infantil, não exista qualquer tipo de racismo, preconceito ou discriminação, já que, as crianças encontram-se na fase *enfant*. Mas de acordo com Cavalleiro (1998), é no dia a dia de creches e pré-escolas que ocorrem práticas racistas e discriminatórias entre os diversos pares. Contudo, afirmar que no cotidiano da Educação Infantil não existe racismo, preconceito e discriminação é uma utopia surreal. Pois, pesquisas realizadas no âmbito da Educação Infantil a partir da década de 1980, relataram a existência de atitudes discriminatórias em relação às crianças negras devido a seu pertencimento étnico-racial (BRASIL, 2014, 7).

Em 09 de Janeiro de 2003, a Lei nº 10.639/03 foi promulgada, alterando os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), tornando obrigatório o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica.

Além de tudo, a lei é um marco legal, político e pedagógico que valoriza e reconhece as influências africanas na formação do povo brasileiro. De acordo com Gomes (2008, p. 79), a lei 10.639/03 faz parte das políticas de ação afirmativa, tendo como objetivo central corrigir desigualdades, a construção de oportunidades igualitárias para grupos sociais e étnico-raciais.

No Plano Nacional de implementação da Lei 10.639/03 podemos destacar, no que diz respeito, ao enfrentamento e a eliminação do racismo no cotidiano educacional infantil.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira (BRASIL, 2009, p. 48-49).

Para tanto, é importante que desde a Educação Infantil seja introduzida questões relacionadas às relações étnico-raciais no intuito de romper e desconstruir os diversos tipos de racismo, preconceito e discriminação. Para isto, se faz necessário que os docentes tenham conhecimento acerca de tais conceitos, para que sejam combatidos no cotidiano escolar. Pois, na maioria das vezes, a perpetuação do racismo na escola, decorre devido à falta de preparo, desconhecimento por parte dos docentes ou por conceitos introjetados em suas cabeças ao longo dos tempos. Todavia, quando, os mesmos, se deparam com práticas racistas no dia a dia da escola, não sabem como intervir e abrem mão de momentos pedagógicos que deveriam ser propício para discussões, nos que diz respeito, a historicidade de um povo que foi, e, ainda é excluído.

[...] alguns professores por falta de preparo ou por conceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e a nossa identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.15).

O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, Ásia e África (SANT'ANA, 2005, p. 42). Todavia, seu surgimento ocorre a partir do tráfico de escravos. No contexto atual, o racismo surge em meados do século XIX, influenciando várias áreas do conhecimento, como a Biologia e as Ciências Sociais.

Inicialmente, dá-se origem ao conceito de racismo científico, no qual, permeia a ideia de igualdade entre os homens que se defrontavam com a afirmação da existência de uma hierarquia racial entre os homens (CAVALLEIRO, 1998, p. 29). Entretanto, tal concepção tornou-se comum na sociedade atual, e se perpetua de maneira justificada para a efetivação de práticas racistas que promovem o preconceito e a discriminação vinculada a pessoas negras.

O racismo é um conceito que abrange ampla complexidade e diferentes interpretações acerca de seu significado. Pois de acordo com Munanga *apud* Cavalleiro (2018, p. 1), o racismo é uma ideologia que reproduz na consciência coletiva um conjunto de falsos valores e falsas verdades que se efetivam por meio de ações. E ainda assim, atribui inferioridade a uma determinada raça permitindo o domínio sobre o grupo baseando-se em relações de poder legitimadas pela cultura dominante.

Para Gomes (2005, p. 52), o racismo pode ser conceituado sobre três enfoques. Primeiro, por um comportamento, uma ação derivada de repulsa e permeada de ódio em relação às pessoas que possuem um pertencimento étnico-racial diferente. Segundo, por um conjunto de ideologias associadas a um grupo de humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. E terceiro, por uma imposição dita como verdade absoluta seguida de uma crença única e particular. Todavia, o racismo se manifesta de maneira implícita - através de crenças e valores - e explícita - por meio de ações e interações entre as diversas faixas etárias.

Além do racismo, as pessoas negras se defrontam com situações oriundas do preconceito e discriminação. Embora ambos os conceitos sejam correlacionados, os mesmos, apresentam significados diferentes. Formada pelo prefixo “*pré*” – anterioridade e antecedência - mais o substantivo “*conceito*” – opinião e julgamento (MENDES *apud* PIMENTEL; SILVA; SANTOS, 2018, p. 3), o preconceito é uma ideia, opinião, reflexão ou conceito formado antecipadamente sobre determinada coisa, pessoa ou algo.

Cavalleiro (2018, p. 2) nos afirma que o preconceito caracteriza-se como um subproduto do racismo, sendo cercada de atitudes e comportamentos negativos, apoiadas em conceitos e opiniões não fundamentadas no conhecimento, e sim na sua ausência. A autora ainda salienta que o preconceito é mantido por fatos contraditórios que não se baseiam em uma experiência real. E, além disso, sinaliza suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a “outras raças, credos, religiões, etc” (CAVALLEIRO, 1998, p. 32).

Em relação à discriminação, o conceito significa “*distinguir*”, “*diferenciar*” e “*discernir*” (GOMES, 2005, p. 55). Considerada como a prática do racismo e a materialização

do preconceito, a discriminação, correspondem a ações e práticas relacionadas a determinados sujeitos ou grupos sociais. Tal conceito, também é designado como uma conduta - ação ou omissão - que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros (SANTA' ANA, 2005, p. 65). No entanto, práticas racistas oriundas de conceitos sem fundamentos associadas a pessoas negras, poderá levar a criança a desvalorizar e negar seu pertencimento étnico-racial, sua cultura e até mesmo sua identidade.

Então, a partir das reflexões de tais conceitos e de como se constituíram ao longo dos séculos, percebemos a importância de se erradicar desde os primeiros anos de vida da criança o racismo e seus derivantes. Pois a instituição de Educação Infantil que introduz em seu contexto questões relacionadas às relações étnico-raciais acerca da cultura africana e afro-brasileira amplia os conhecimentos das crianças lhes possibilitando a construção de uma identidade positivada que valoriza a diversidade multicultural representada na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cotidiano escolar questões relacionadas à história da população negra foram veladas e permeada de equívocos que reproduziram conceitos e práticas racistas. Porém, até o presente ano de 2018, percebemos que a ausência de conhecimento sobre as relações étnico-raciais no contexto educacional da Educação Infantil manifesta-se como um grande desafio para professores. Além do que, a não introdução de tais questões no cotidiano infantil fará com que conceitos racistas e preconceituosos se perpetuem ao longo da vivência dos infantes na sociedade.

Diante das dificuldades enfrentadas por alguns docentes no tocante a introdução da questão étnico-racial no contexto escolar infantil, acreditamos que seja necessário empenhar-se em conhecer mais sobre a temática para que a falta de despreparo não se constitua em um espaço de ensino fértil para que o racismo se eternize (SILVA, 2001, 66-67). Assim sendo, podemos notar através das discussões apresentadas nesta pesquisa, que conceitos como racismo e preconceito se faz presente desde cedo nas instituições infantis seja ele implicitamente ou explicitamente. Para tanto, é essencial que o professor se sensibilize diante da questão étnico-racial no intuito de contribuir para a transformação de um cotidiano infantil igualitário que respeita e valoriza as diversas etnias que perpassam o espaço da escola.

Contudo, a realização desta pesquisa no campo da educação pautada na questão étnico-racial no cotidiano escolar da Educação Infantil é de suma relevância, já que, nos

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

permitirá compreender de maneira ampla conhecimentos, no que diz respeito, aos desafios que docentes e discentes enfrentam no dia a dia quando se trata de situações oriundas do racismo e seus derivantes. Além do mais, nos permitirá enxergar e desconstruir os mais diversos tipos de preconceitos presentes no espaço escolar, possibilitando a uma educação antirracista que visa igualar as infâncias invisibilizadas e reconhecendo que a escola é um espaço que abrange uma diversidade multicultural que necessita ser valorizada para que se combata qualquer tipo de racismo que se instaure nela.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes In: BENTO, Maria Aparecida (Org). **Educação infantil: igualdade racial e diversidade**. São Paulo: CEERT, 2012.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC/SECAD, Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

CAVALLEIRO. Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade De Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. O combate ao racismo e ao sexismo como eixo norteadores das políticas de educação. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/042_congresso_eliane_cavalleiro.pdf Acesso em: 27/02/2018.

DOURADO, Ana Cristina Dubeux. **História da Infância e Direitos da Criança**. Edição Especial Salto para o Futuro. Ano 19 – Nº 10 – Setembro/2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005. p. 39-62.

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 67-89.

KUHLMANN JR., Moysés. História da Educação Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/ago, nº 14, 2000.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875- 1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30 (Coleção educação contemporânea).

MARAFON, Danielle. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância**. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc. s/d. Acesso em 15/02/2018.

MUNANGA, Kabengele. Introdução. In: _____ (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PIMENTEL, Adelma; ARAUJO, Lucivaldo da Silva. **Concepção de criança na pós-modernidade**. Psicologia: Ciência e Profissão. 2007, vol. 27, n.2, p. 184-193. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932007000200002&script=sci_abstract Acesso em: 27/02/2018.

PIMENTEL, Josiane de Jesus Costa; SILVA, Juliana Lemos da; SANTOS, Nathalya Aparecida de Melo. **Racismo na escola: um desafio a ser superado**. Disponível em: http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Racismo_Escola_um_desafio_ser_superado_ped.pdf Acesso em: 05/03/2018.

SANTA' ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo, Selo negro, 2001. p. 65-82.

SILVA, Cristiane Irinéa. **O acesso das crianças negras à educação infantil: um estudo de caso em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado) – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/thesis/view/370> Acesso em: 28/02/2018.

SILVA, Carmem Virgínia Moraes da; FRANCISCHINI, Rosângela. **O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil.** Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12. 2012. Disponível em: Acesso em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/746> 14/02/2018.